

# Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro

Temática Especial – Mês do trabalhador, v. 5, nº 1  
15 de maio de 2025



**OBSERVATÓRIO**  
DO TRABALHO DE MINAS GERAIS

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

**FJP**

FUNDAÇÃO  
JOÃO PINHEIRO

## **Mercado de Trabalho nas regiões de Minas Gerais: estatísticas experimentais**

O presente boletim foi elaborado pelo Observatório do Trabalho de Minas Gerais, com a colaboração de técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) do Estado. Em comemoração ao mês dos(as) trabalhadores(as), esta edição especial apresenta uma análise comparativa do mercado de trabalho entre os diferentes estratos geográficos de Minas Gerais, utilizando como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o objetivo de aprimorar o monitoramento e a compreensão do mercado de trabalho no estado, serão divulgadas estatísticas experimentais da PNAD Contínua que refletem as dinâmicas econômicas e sociais das diversas regiões do estado. Essas informações estarão disponíveis no site oficial da Fundação João Pinheiro, acompanhadas de cálculos dos respectivos coeficientes de variação, parâmetro essencial para a utilização dessas estatísticas.

Além disso, o boletim trará análises interpretativas sobre o mercado de trabalho regional, especialmente em relação aos indicadores de emprego, desocupação e desigualdade de renda. A iniciativa busca fortalecer a transparência, qualificar o debate público e fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e estratégias privadas que impulsionam o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

### **Conheça os estratos geográficos de Minas Gerais**

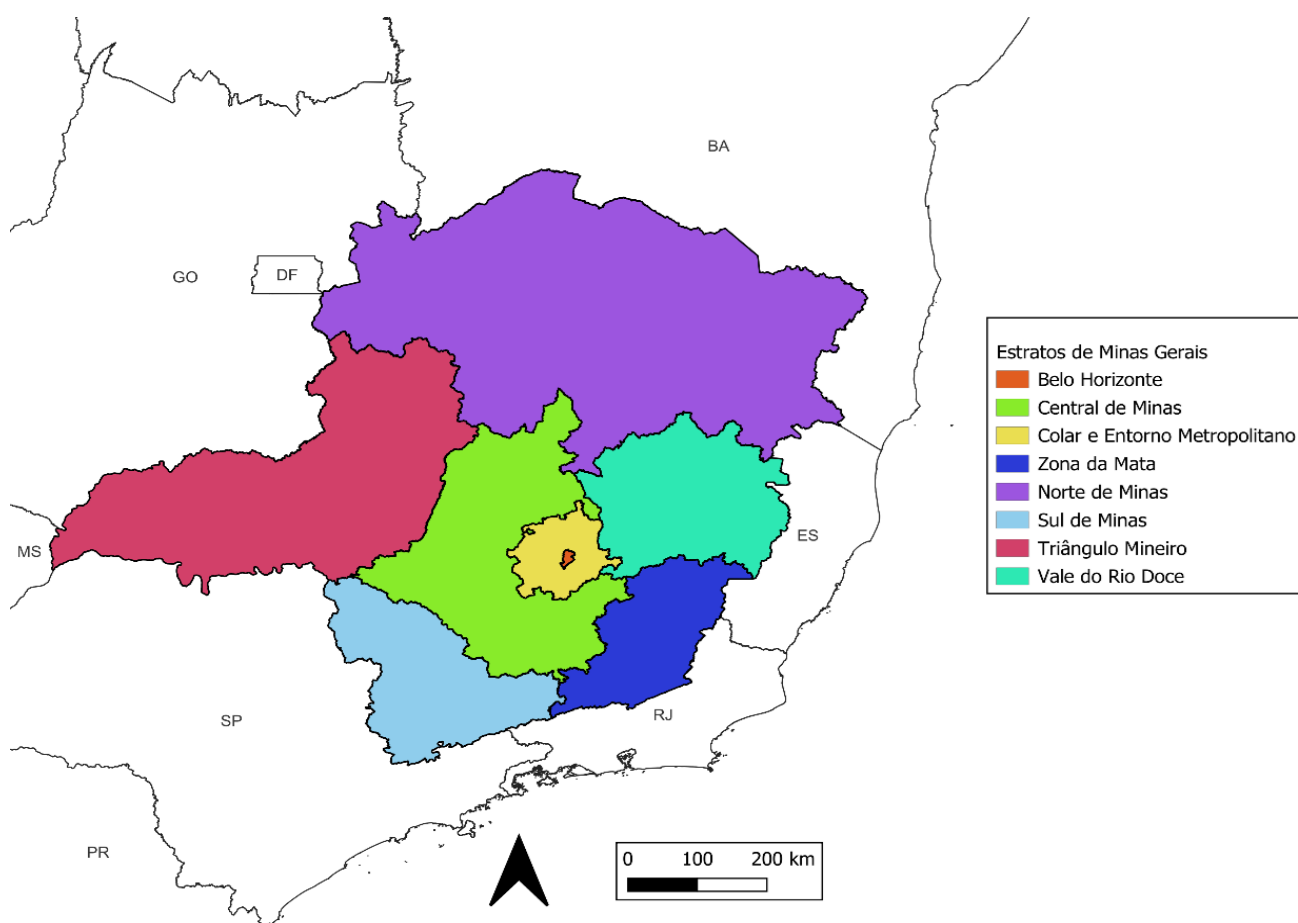
Os estratos geográficos são divisões territoriais utilizadas pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Essa segmentação assegura que todas as regiões do estado sejam representadas nas estatísticas produzidas pela pesquisa.

### **Como são definidos os estratos em Minas Gerais adotados pela FJP?**

Os estratos geográficos de Minas Gerais seguem o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), conforme metodologia descrita por Freitas e Antonaci (2014, p. 30) e divulgada no Painel PNAD Contínua do IBGE (2025). Para garantir a confiabilidade dos dados, a Fundação João Pinheiro (FJP) adota como critério de seleção a publicação apenas de estatísticas com coeficiente de variação igual ou inferior a 15%, assegurando assim maior precisão, conforme recomendações contidas em IBGE (2014) - com exceções pontuais ocorridas durante o período da pandemia de COVID-19. Atualmente, a estrutura é composta por oito estratos no total: um correspondente à capital Belo Horizonte e outros sete formados por agrupamentos de municípios.

A Figura 1 apresenta o mapa que destaca os estratos geográficos de Minas Gerais. Para respeitar o limite máximo de 15% nos coeficientes de variação exigido para a divulgação dos dados, foi necessário agrupar dois estratos: o Norte de Minas com a porção mineira da RIDE de Brasília, e o Entorno Metropolitano com o Colar Metropolitano.

Figura 1: Mapa dos estratos geográficos de Minas Gerais



Fonte: Malha Municipal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) e classificação dos municípios em estratos geográficos do SIPD. Elaboração própria.

## Box 1

### Estatísticas experimentais

#### O que são estatísticas experimentais?

As estatísticas experimentais são dados publicados por institutos oficiais de estatística que ainda estão em fase de avaliação e aprimoramento. Elas são divulgadas para que pesquisadores, gestores públicos e a sociedade possam testar sua utilidade antes de se tornarem definitivas.

#### Por que elas existem?

- ✓ Agilidade na informação – Disponibilizam *insights* preliminares para decisões rápidas, mesmo que ainda não estejam consolidadas.
- ✓ Transparência e colaboração – Permitem que usuários avaliem e contribuam para o refinamento das estatísticas antes da versão final.
- ✓ Inovação metodológica – Testam novas fontes de dados e métodos alternativos.

#### Quais os cuidados ao utilizá-las?

- ⚠ Consulte as notas técnicas – Sempre verifique as limitações e o contexto dos dados.
- ⚠ Podem sofrer ajustes – Como estão em fase de teste, metodologias e resultados podem ser revisados.
- ⚠ Não substituem estatísticas oficiais – Use-as como complemento, nunca como única fonte para análises críticas.

#### Quer saber mais sobre estatísticas experimentais?

EUROSTAT. Experimental statistics. Luxemburgo: European Commission, [s.d.]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/experimental-statistics>. Acesso em: 5 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas experimentais. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais?lang=pt-BR>. Acesso em: 5 maio 2025.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (UK). Guide to Experimental Statistics. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/methodology/methodologytopicsandstatisticalconcepts/guidetoexperimentalstatistics#:~:text=Experimental%20statistics%20are%20official%20statistics,clearly%20explained%20within%20the%20release>. Acesso em: 5 maio 2025.

## Evolução da força de trabalho de Minas Gerais (2012-2024) nos estratos geográficos

Em Minas Gerais, a população em idade de trabalhar (14 anos e mais) apresentou crescimento constante entre 2012 e 2024, passando de 16.092.516 para 17.794.513 habitantes, um aumento absoluto de 1.701.997 pessoas em doze anos. Isso representa uma taxa de crescimento acumulada de 10,6% no período, equivalente a uma média anual de aproximadamente 0,88%. No entanto, esse crescimento não foi uniforme em todas as regiões, revelando dinâmicas demográficas distintas.

Os anos de 2020 e 2021 marcaram uma desaceleração no crescimento populacional em quase todas as regiões, reflexo da pandemia de COVID-19. Minas Gerais como um todo teve um aumento de apenas 0,3% entre 2019 e 2021, contra uma média anual próxima de 1% nos anos anteriores. A partir de 2022, porém, houve uma retomada, com destaque para o Sul de Minas e o Entorno de Belo Horizonte.

Nota-se um processo de **interiorização** e **metropolização** em Minas Gerais. Enquanto Belo Horizonte cresce em ritmo lento, seu entorno se expande mais rapidamente, assim como o Triângulo Mineiro e a região Central. Já o Norte de Minas enfrenta desafios para manter sua população. Essas tendências têm implicações para o mercado de trabalho que deve acompanhar as mudanças na distribuição demográfica.

### População ocupada

A dinâmica da população ocupada em Minas Gerais entre 2012 e 2024 revela um cenário de crescimento moderado com significativas variações regionais, marcado por eventos econômicos e pela profunda crise sanitária de 2020. O estado como um todo apresentou uma expansão de 13,9% no período, passando de, aproximadamente, 9,6 milhões de trabalhadores ocupados para 11,0 milhões, com um crescimento médio anual de aproximadamente 1,1%.

O período pré-pandêmico (2012-2019) foi caracterizado por uma trajetória ascendente consistente, com a população ocupada aumentando 6,4% em sete anos. Entretanto, 2020 representou um ponto de inflexão, quando Minas Gerais registrou uma redução de 7,9% no número de ocupados, perdendo perto de 806 mil postos de trabalho em relação ao ano anterior. Essa queda abrupta refletiu os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a economia mineira, com efeitos particularmente severos no setor de serviços e no comércio.

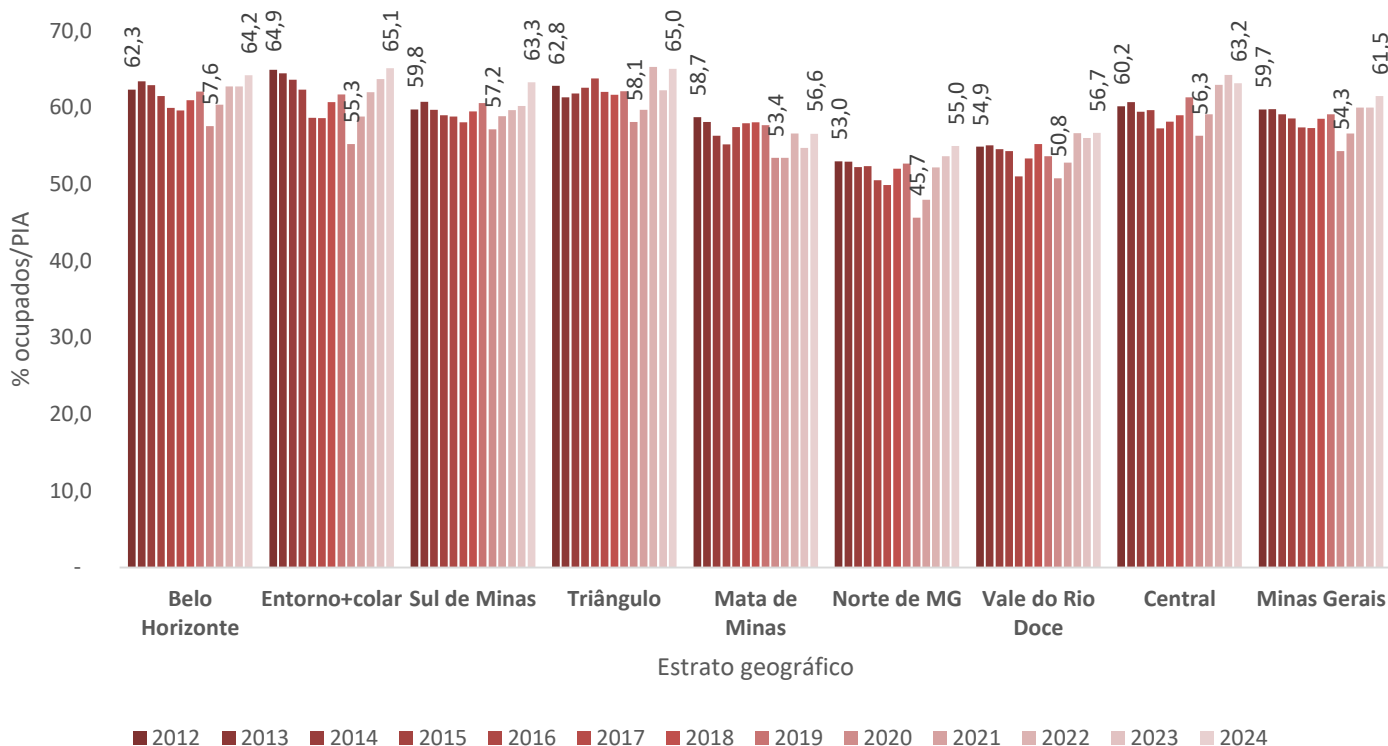
A recuperação pós-pandemia mostrou-se robusta, porém incompleta em algumas regiões. Em 2024, o estado superou em 7,0% o nível pré-crise de 2019, indicando uma recuperação quantitativa, embora a qualidade dos postos de trabalho gerados mereça análise complementar. O ritmo de recuperação variou expressivamente entre as regiões, com o Entorno Metropolitano de Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro apresentando os melhores desempenhos, enquanto o estrato geográfico Mata de Minas não havia retornado completamente aos patamares anteriores à crise.

As disparidades regionais constituem-se como um dos aspectos mais marcantes desta análise. Enquanto o Triângulo Mineiro registrou o maior crescimento no período (16,0%), superando amplamente a média estadual, o estrato geográfico Mata de Minas apresentou retração de -10,3%. Belo Horizonte, por sua vez, cresceu abaixo da média do estado (5,2%), o que sugere um processo de desconcentração econômica.

O comportamento da população ocupada nas diferentes regiões reflete suas estruturas econômicas distintas. A expansão da ocupação no Triângulo Mineiro pode ter sido impulsionada pelo dinamismo da agropecuária, mas também do setor de logística ou aumento da industrialização da região. A recuperação mais vigorosa no Entorno Metropolitano de Belo Horizonte e na Região Central pode estar associada à migração de atividades econômicas para municípios com custos operacionais mais baixos e sugere a importância da infraestrutura e dos processos de metropolização das atividades.

Os dados sugerem que Minas Gerais passou por transformações significativas em sua geografia econômica na última década, com algumas regiões consolidando sua importância e outras enfrentando desafios estruturais para manter e gerar ocupação.

**Gráfico 1: Nível da ocupação por estratos geográficos, Minas Gerais, 2012-2024 (%)**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

**Nota:** Para obter a média anual, é feita uma média simples dos valores trimestrais dos quatro trimestres de cada ano. Isso suaviza variações sazonais e dá um retrato mais estável do comportamento do indicador.

O gráfico 1 apresenta a evolução do nível ocupacional nos diferentes estratos geográficos de Minas Gerais, entre 2012 a 2024. O nível ocupacional é expresso em percentual e representa a proporção da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar. Esse indicador está diretamente relacionado ao crescimento demográfico, pois, à medida que a população em idade ativa aumenta, a geração de empregos precisa acompanhar esse crescimento para manter ou elevar o nível ocupacional. Se a expansão da oferta de trabalho não for suficiente para absorver o contingente populacional em idade laboral, o indicador tende a cair, sinalizando pressões no mercado de trabalho e possíveis desafios socioeconômicos. Portanto, o nível ocupacional serve como um termômetro importante para avaliar o equilíbrio entre dinâmica demográfica e oportunidades de emprego.

De forma geral, observa-se uma trajetória marcada por flutuações ao longo dos anos, com uma queda significativa em 2020, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, seguida por uma recuperação gradual até 2024. Em praticamente todas as regiões, os dados mais recentes apontam para uma recuperação dos níveis ocupacionais, alguns inclusive superiores aos observados no início da série.

Belo Horizonte apresentou um nível ocupacional de 62,3% em 2012, com ligeiras oscilações ao longo dos anos e uma queda acentuada em 2020 (57,6%). A partir de então, houve uma recuperação contínua, atingindo 64,2% em 2024. A região do Entorno e Colar Metropolitano seguiu tendência semelhante, partindo de 64,9% em 2012, atingindo o menor valor em 2020 (55,3%) e alcançando o maior índice da série em 2024, com 65,1%.

O Sul de Minas também apresentou crescimento no período, partindo de 59,8% em 2012 e alcançando 63,3% em 2024, superando os níveis pré-pandemia. Já o Triângulo Mineiro se destacou por manter níveis relativamente altos ao longo de toda a série, com queda em 2020 (58,1%) e forte recuperação em 2022 (65,3%), mantendo-se em 65,0% em 2024.

Em contraste, a região da Mata de Minas apresentou um desempenho mais modesto, com o nível ocupacional oscilando entre 53% e 58%, encerrando 2024 em 56,6%, valor ligeiramente inferior ao de 2012 (58,7%). O Norte de Minas e a porção mineira da RIDE de Brasília, que foram agrupados para respeitar o critério de coeficiente de variação, apresentaram os menores índices de toda a série, com destaque para o valor mínimo em 2020 (45,7%) e uma recuperação até 55,0% em 2024 — ainda assim, abaixo da média estadual.

No Vale do Rio Doce, o nível ocupacional variou entre 50,8% (2020) e 56,7% (2024), mostrando recuperação consistente após contração do emprego. Por fim, a região Central, que inclui áreas além da capital, apresentou uma trajetória de crescimento mais estável, com 60,2% em 2012, queda em 2020 (56,3%) e retomada até 63,2% em 2024.

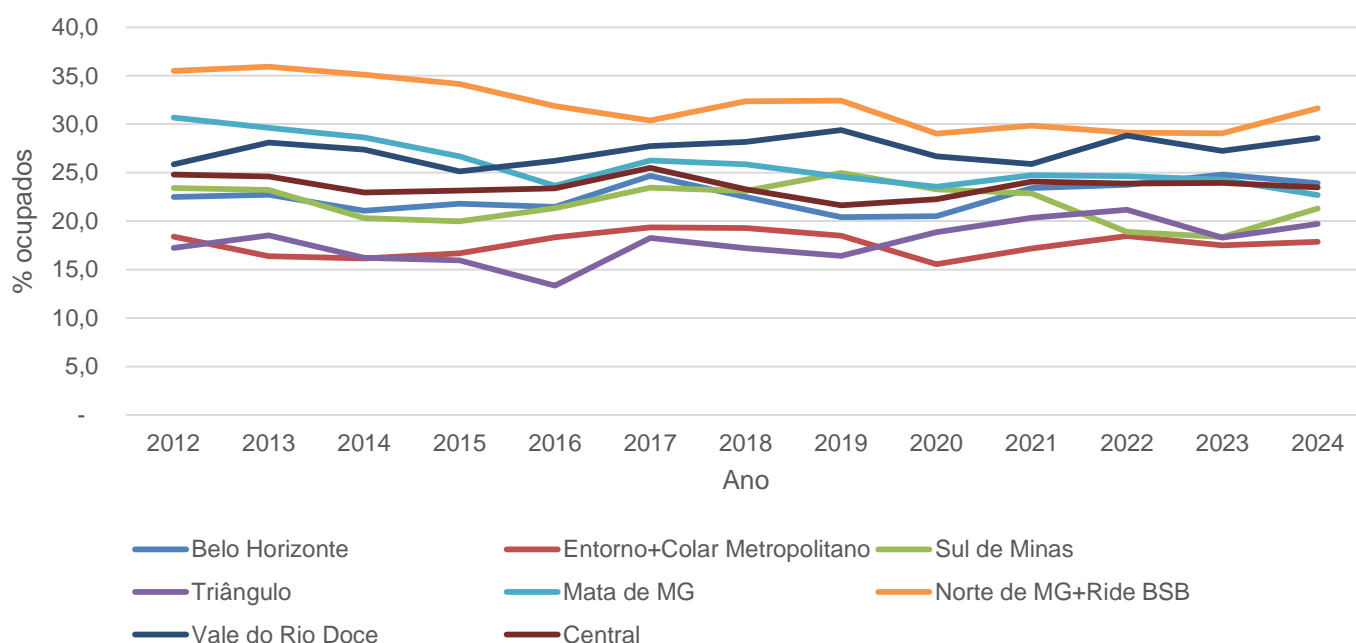
Esses dados evidenciam não apenas disparidades regionais persistentes no mercado de trabalho mineiro, mas também uma tendência de recuperação após os efeitos negativos da pandemia, especialmente nas regiões mais urbanizadas e economicamente dinâmicas.

## Precarização das relações de trabalho: informalidade, previdência social e tipo de contrato

A **informalidade** das relações de trabalho é mensurada pela PNAD Contínua por meio da ausência de assinatura em carteira de trabalho, contribuição previdenciária, no caso dos trabalhadores autônomos, e registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no caso dos empregadores. Esse indicador é importante pois contribui para a compreensão de quem são os excluídos do trabalho decente e onde as políticas públicas são mais urgentes. A promoção do trabalho decente é um princípio orientador que sintetiza direitos fundamentais baseados em várias convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como as Convenções nº102, 155 e 187 que dispõem sobre a proteção social e a segurança no trabalho.

O gráfico 2 apresenta a evolução da proporção de trabalhadores informais em diferentes regiões de Minas Gerais ao longo de 13 anos, revelando padrões importantes sobre as dinâmicas do mercado de trabalho no estado. Uma análise mais detalhada permite identificar tendências gerais, contrastes regionais marcantes e os possíveis fatores estruturais por trás desses números.

**Gráfico 2: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, em situação de informalidade, na semana de referência segundo estratos geográficos, Minas Gerais, 2012-2024 (%)**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O Norte de Minas se consolidou como a região com os índices mais altos, mantendo taxas acima de 30% em quase todos os anos, com pico de 39,4% em 2013. Em seguida, aparecem o Vale do Rio Doce e a Mata de Minas, que também registraram níveis elevados de informalidade, frequentemente superando a média estadual.

Por outro lado, Belo Horizonte e seu Entorno + Colar Metropolitano apresentaram as menores taxas, oscilando entre 14% e 18%, o que sugere uma economia mais diversificada e com maior presença do setor formal. O Sul de Minas e o Triângulo Mineiro alternaram momentos de alta e baixa, com o Triângulo registrando uma queda acentuada em 2016 (13,3%) e depois uma recuperação nos anos seguintes.

Em nível estadual, a taxa de informalidade em Minas Gerais variou entre 21,5% e 23,7%. Até 2014 houve reduções graduais, seguidas por aumentos ou oscilações a partir de 2015, provavelmente refletindo impactos econômicos e conjunturais, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia de 2020. Esta trouxe uma redução generalizada, possivelmente devido ao fechamento de postos informais. Já em 2022 e 2023, algumas regiões, como o Norte de Minas e o Vale do Rio Doce, apresentaram quedas mais acentuadas, enquanto outras se mantiveram estáveis.

Esses dados evidenciam as desigualdades regionais no estado, com áreas menos desenvolvidas dependendo mais da economia informal, enquanto as regiões metropolitanas concentram empregos mais estruturados. Mas além disso, a resiliência da informalidade, mesmo após períodos de recuperação econômica, indica que o crescimento econômico por si só não é suficiente para formalizar o mercado de trabalho. A informalidade segue sendo estrutural no mercado brasileiro, em geral, e no mineiro, em particular, afetando segmentos geográficos (e sociais) de forma desigual.

O **contrato temporário** é um vínculo empregatício com prazo predeterminado (máximo de 180 dias, prorrogável por igual período), utilizado para atender necessidades transitórias do empregador, como demandas sazonais ou substituição de pessoal, garantindo ao trabalhador direitos básicos como salário, férias proporcionais e FGTS, mas sem estabilidade após seu término. Já o contrato por tempo indeterminado, regra geral nas relações trabalhistas brasileiras, não possui data final pré-definida, assegurando ao empregado todos os direitos previstos na CLT (como férias remuneradas, 13º salário e proteção contra demissão sem justa causa), além de estabilidade relativa, exigindo do empregador o pagamento de verbas rescisórias em caso de dispensa sem motivo. Enquanto o primeiro atende a necessidades pontuais do mercado, o segundo representa a forma padrão de contratação, oferecendo maior segurança jurídica e social ao trabalhador, embora a crescente precarização do trabalho tenha ampliado o uso de modalidades temporárias e informais na economia brasileira.

A Reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), trouxe mudanças no contrário temporário, ampliando sua flexibilização a partir de alguns fatores como a ampliação da duração permitida de 90 para 180 dias (prorrogável por mais 180 dias); equiparação salarial aos empregados permanentes na mesma função, mas sem a obrigatoriedade dos mesmo benefícios; isenção de pagamento de 40% do FGTS na rescisão; dentre outros.

O gráfico 3, mostra a evolução da proporção de pessoas ocupadas com contrato por tempo determinado nos diversos estratos geográficos de Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2024. Essa modalidade de vínculo empregatício, revela importantes desigualdades regionais, refletindo as diferentes dinâmicas econômicas e estruturais presentes no estado. Ao longo de todo o período analisado, observa-se que o estrato do Norte de Minas Gerais, agregado à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride BSB), apresenta consistentemente as maiores proporções de contratos por tempo determinado.

Em 2012, esse índice já era de 28,6%, permanecendo acima de 24% durante todos os anos da série, com um valor de 25% em 2024. Esses números indicam uma elevada presença de vínculos mais precários nessa região, o que pode estar associado a uma estrutura produtiva menos formalizada e à maior vulnerabilidade socioeconômica da população local.

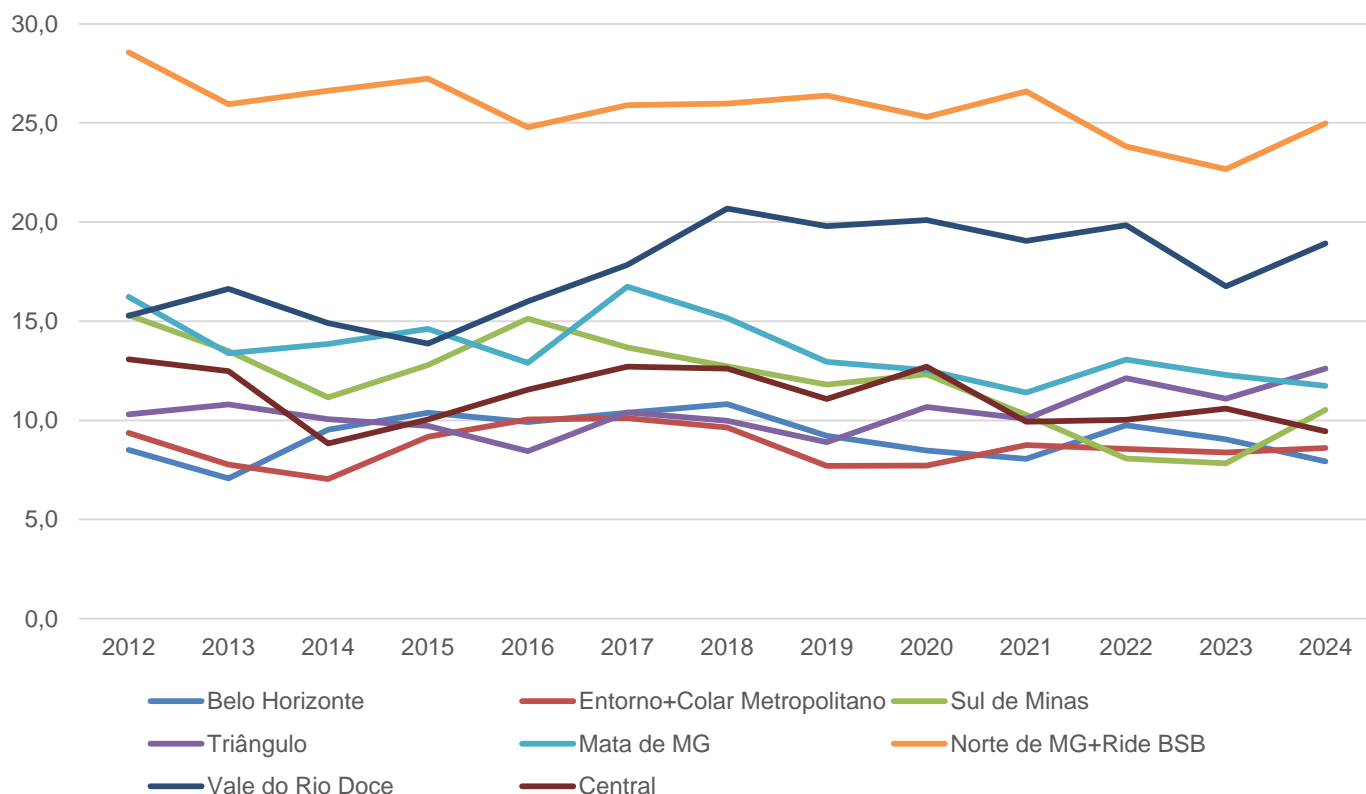
Outro estrato que também se destaca com proporções relativamente altas é o Vale do Rio Doce. Em vários momentos da série, os percentuais ultrapassam os 19%, chegando a 20,7% em 2018 e atingindo 18,9% em 2024. Assim como o Norte de Minas, o Vale do Rio Doce apresenta características socioeconômicas que favorecem a maior utilização de contratos temporários, o que também pode indicar um mercado de trabalho mais instável ou uma maior dependência de atividades econômicas sazonais ou informais.

Em contraste, regiões como Belo Horizonte, o Entorno e Colar Metropolitano e a Região Central de Minas mantêm as menores proporções de trabalhadores com contratos por tempo determinado durante todo o período. Em 2024, Belo Horizonte registra apenas 7,9%, enquanto o Entorno Metropolitano e a Região Central apresentam 8,6% e 9,4%, respectivamente. Essas áreas, mais urbanizadas e com maior presença de setores formais e estáveis da economia, tendem a oferecer vínculos mais duradouros, com maior incidência de contratos por tempo indeterminado.

A taxa de contrato temporário em Belo Horizonte entre 2012 e 2024 se manteve consistentemente abaixo da média estadual, variando entre 7,1% e 10,8%, sem uma tendência clara de crescimento ou queda sustentada. As taxas flutuaram dentro de uma faixa estreita, sem picos abruptos, indicando um mercado de trabalho mais estável em comparação com outras regiões de Minas Gerais. Após um leve aumento em 2022 (9,8%), os números caíram para 9,0% em 2023 e 7,9% em 2024 – o menor valor da série, sugerindo uma possível redução na dependência de contratos temporários.

O Sul de Minas e o Triângulo Mineiro apresentam valores intermediários, com certa oscilação ao longo dos anos. O Sul de Minas, por exemplo, começou com 15,3% em 2012, reduziu-se progressivamente ao longo dos anos, atingindo 10,5% em 2024. Já o Triângulo apresentou variações mais suaves, partindo de 10,3% em 2012 e chegando a 12,6% em 2024. A Mata de Minas também acompanha essa faixa intermediária, com índices entre 11% e 16% durante todo o período, com um leve decréscimo nos anos finais da série.

### Gráfico 3: Proporção de ocupados com contrato temporário segundo estratos geográficos, Minas Gerais, 2012-2024 (%)



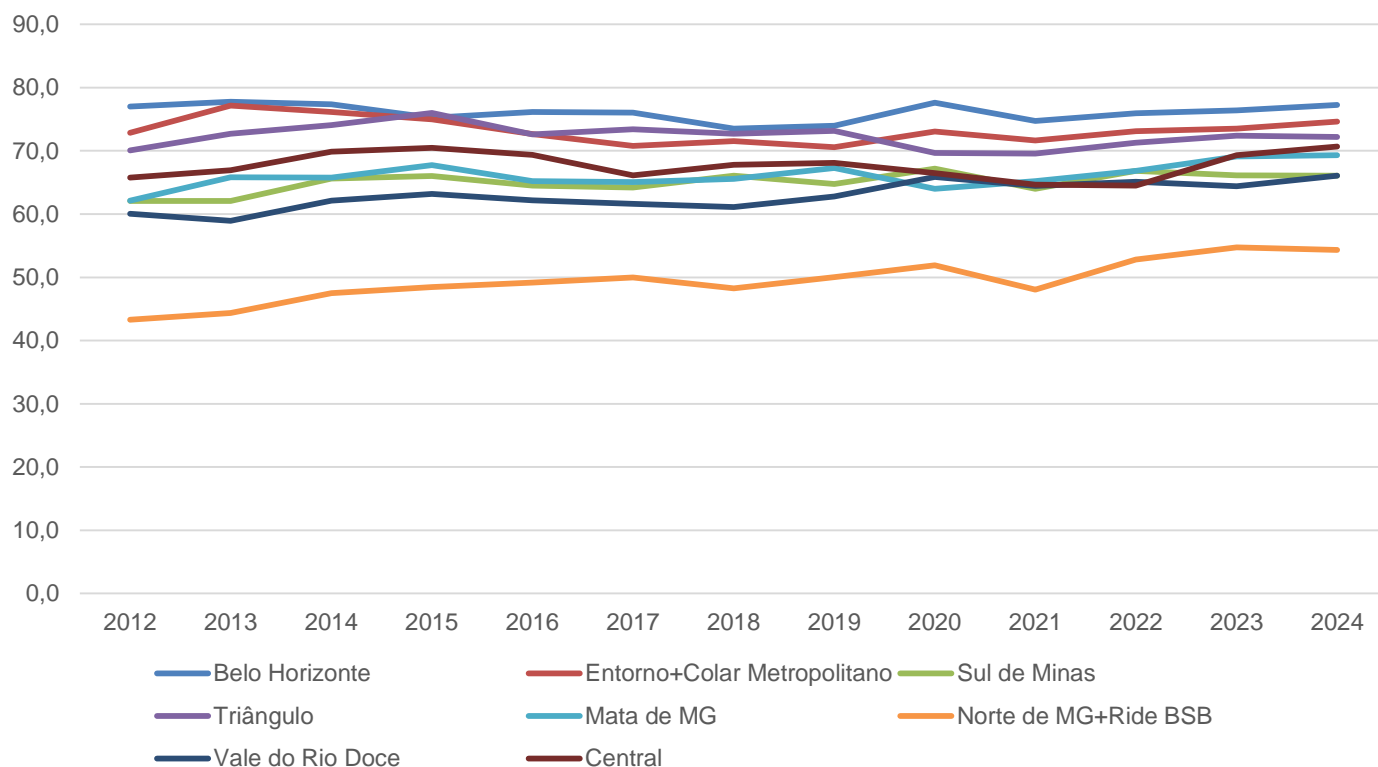
**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O gráfico 4 mostra a proporção de pessoas ocupadas que contribuíam para a previdência social em diferentes regiões de Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2024. O dado é um indicador importante do acesso da população ocupada ao sistema de proteção social e aos direitos trabalhistas. A análise permite observar diferenças marcantes entre os estratos geográficos, associadas ao nível de urbanização, estrutura econômica e presença de atividades formais.

Belo Horizonte apresenta os maiores percentuais de contribuição previdenciária durante todo o período, com índices oscilando entre 73,5% e 77,8%. Em 2024, alcança 77,2%, demonstrando um mercado de trabalho amplamente formalizado.

A região do Entorno + Colar Metropolitano segue o mesmo padrão, com destaque para o ano de 2013 (76,5%) e encerrando 2024 com 74,2%. A capital e seu entorno metropolitano têm, portanto, os mercados mais estruturados do estado. As regiões do Triângulo e Central também mantêm altos níveis de contribuição, com percentuais variando, respectivamente, entre 69,6% e 76,0%, e 63,9% e 70,6% ao longo da série. Essas áreas também refletem uma base econômica mais sólida e empregos mais formais.

**Gráfico 4: Proporção de ocupados que contribuem para a previdência social, segundo estratos geográficos, Minas Gerais, 2012-2024 (%)**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O Sul de Minas registra crescimento ao longo do período, indo de 62,6% em 2012 para 65,8% em 2024, com variações leves. Já a Mata de Minas Gerais passa de 59,9% para 69,1%, com tendência ascendente mais clara, especialmente a partir de 2022. O Vale do Rio Doce, com percentuais entre 58,9% e 66,1%, mostra evolução contínua desde o impacto da pandemia em 2020, chegando ao seu pico justamente em 2024.

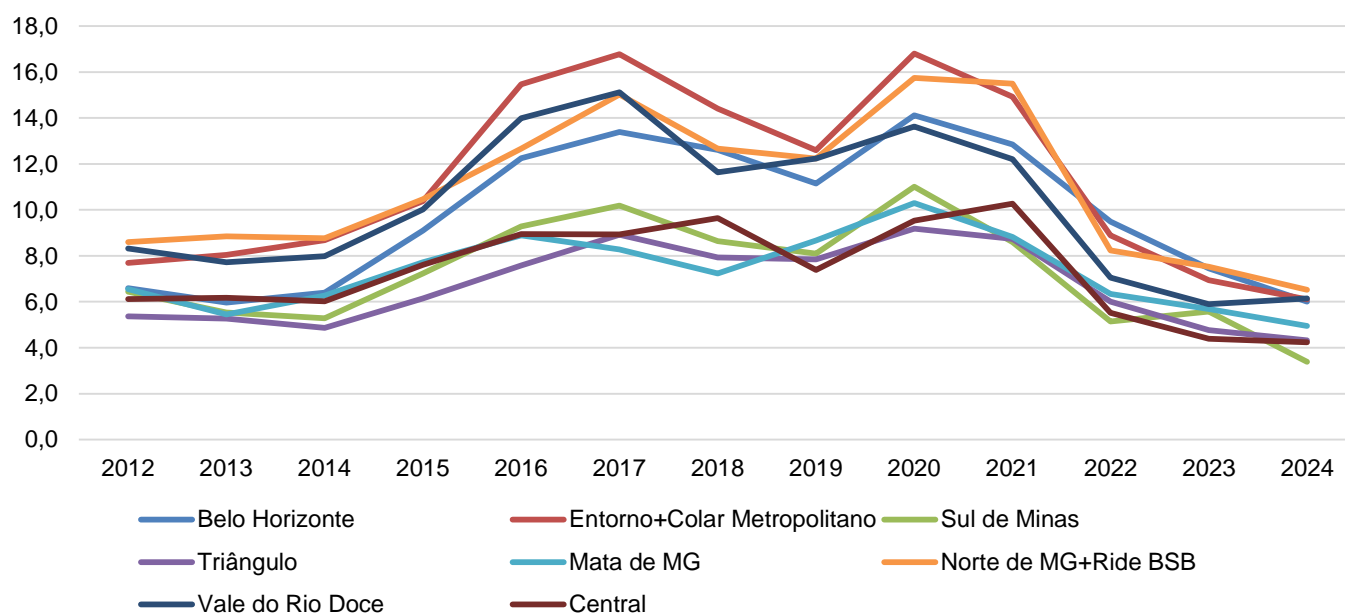
O Norte de Minas + RIDE de Brasília apresenta, de forma constante, os menores percentuais de contribuição previdenciária em todo o período analisado. Em 2012, apenas 43,7% dos ocupados contribuem para a previdência, e mesmo com crescimento gradual ao longo dos anos, esse percentual chega a apenas 54,3% em 2024. A região se destaca pela alta informalidade no mercado de trabalho, reflexo de menores níveis de industrialização, maior ruralidade e fragilidade da base econômica.

Esses dados evidenciam uma clara desigualdade regional na formalização do trabalho em Minas Gerais. As regiões metropolitanas e mais urbanizadas apresentam índices elevados e estáveis de contribuição previdenciária, enquanto regiões mais periféricas e menos desenvolvidas, como o Norte do estado, enfrentam desafios estruturais persistentes para ampliar o acesso dos trabalhadores à seguridade social.

## Subutilização da força de trabalho

A partir deste ponto do texto analisam-se as estimativas de desocupação e subutilização da força de trabalho nos estratos geográficos de Minas Gerais. Foram consolidadas destes tópicos, com o intuito de evidenciar a proporção de pessoas que, de alguma forma, poderiam contribuir mais para o mercado de trabalho do estado, mas não o fazem por falta de oportunidade ou por condições inadequadas de inserção.

**Gráfico 5: Taxa de desocupação por estrato geográfico, Minas Gerais, 2012-2024 (%)**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O gráfico 5 mostra a evolução da taxa de desocupação nos oito estratos geográficos de Minas Gerais entre 2012 e 2024. Segundo o IBGE, são consideradas **desocupadas** as pessoas com 14 anos ou mais de idade, sem trabalho (trabalho que gera rendimento para o domicílio) nesta semana, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

Observa-se que, ao longo do período, todas as regiões apresentaram um aumento significativo da taxa de desocupação a partir de 2015, atingindo picos entre 2016 e 2017, e novamente em 2020, seguido de uma tendência de queda significativa a partir de 2021. Essa dinâmica está alinhada com os efeitos da crise econômica de 2015-2016 e do impacto da pandemia de COVID-19 em 2020.

O estrato Entorno+Colar Metropolitano (linha vermelha) se destaca por apresentar os maiores índices de desocupação em quase todo o período analisado, chegando a ultrapassar 16% nos anos de 2017 e 2020. Em contraste, regiões como Zona da Mata de MG e Triângulo Mineiro mantiveram taxas mais baixas na maior parte da série, raramente ultrapassando os 10%. Belo Horizonte, apesar de ser a capital e um importante polo econômico, também apresenta taxas elevadas de desocupação, especialmente nos anos de crise, mas geralmente abaixo do Entorno+Colar Metropolitano. Já os estratos Zona da Mata de MG e o Sul de Minas mostram oscilações, mas com taxas intermediárias, não se situando entre os extremos do gráfico. A região Norte de MG+Ride BSB acompanha a tendência geral, mas apresenta picos acima de 15% em 2021, indicando vulnerabilidade em momentos de crise.

Outro ponto relevante é a convergência das taxas entre os estratos a partir de 2022. Após o pico de 2020-2021, todas as regiões apresentam uma queda acentuada, com valores próximos entre si em 2024, variando entre 4% e 7%. Isso sugere uma recuperação do mercado de trabalho mineiro e uma redução das disparidades regionais no curto prazo, possivelmente influenciada por políticas de retomada econômica e flexibilização das restrições sanitárias. Por fim, vale ressaltar que, apesar da recuperação recente, as taxas de desocupação em 2024 apresentaram leve melhora em relação aos patamares observados em 2012-2014.

**Tabela 1: Estimativa de desocupados segundo estrato geográfico, Minas Gerais, 2012-2024 (em mil pessoas)**

Ano	Belo Horizonte	Entorno+ Colar Metropolitano	Sul de Minas	Triângulo	Zona da Mata	Norte de MG+Ride BSB	Vale do Rio Doce	Central
2012	89.867	133.800	86.313	67.100	74.651	113.580	79.051	75.246
2013	82.885	141.904	75.637	65.541	61.208	114.201	75.542	79.425
2014	88.941	158.863	71.329	62.768	72.375	104.369	79.278	76.573
2015	126.875	191.802	97.727	85.828	88.944	135.613	99.177	98.121
2016	174.928	287.283	123.699	116.380	112.488	157.642	137.758	113.051
2017	192.658	316.889	139.466	132.719	101.814	195.791	158.779	118.129
2018	184.944	275.413	122.466	114.367	90.244	165.537	126.006	131.993
2019	163.523	243.213	117.288	113.066	112.178	167.602	135.255	98.038
2020	199.330	307.853	159.364	124.925	124.854	193.113	145.920	117.795
2021	189.050	294.400	123.625	125.014	98.834	189.178	136.018	142.785
2022	141.344	174.108	74.505	95.756	70.103	103.047	77.617	78.469
2023	109.405	135.597	81.115	70.963	59.459	101.690	63.402	64.563
2024	87.600	124.779	50.169	69.524	55.134	86.087	65.479	61.663

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A tabela 1 discorre a evolução dos dados sobre a estimativa do número de desocupados nos oito estratos geográficos de Minas Gerais entre 2012 e 2024 revela diferenças marcantes entre as regiões e uma tendência geral de queda no desemprego ao final do período analisado, trazendo novas percepções para as estimativas de desocupação. O estrato Entorno + Colar Metropolitano se destaca consistentemente como o estrato com o maior número absoluto de desocupados ao longo de praticamente todo o período, chegando, por exemplo, a 316,9 mil em 2017, enquanto Belo Horizonte, embora também apresente valores elevados, oscila em patamares inferiores.

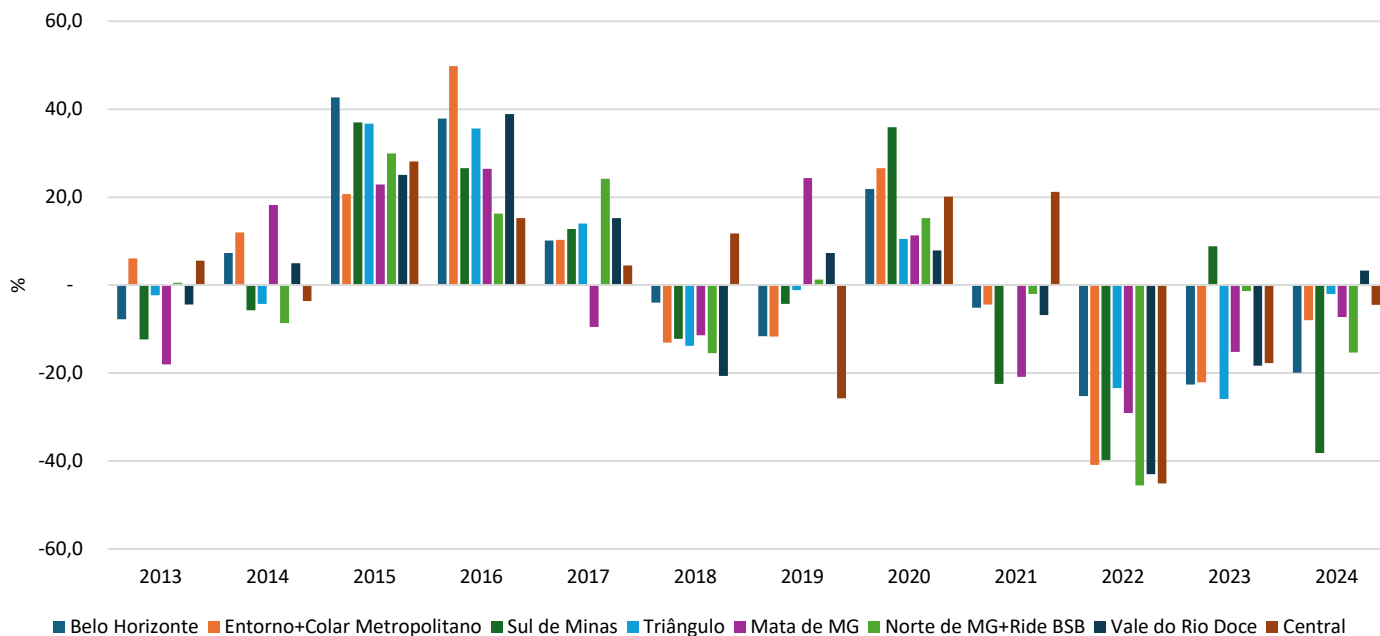
Comparando os extremos, observa-se que os estratos Sul de Minas e a região Central apresentam, de modo geral, os menores números de desocupados. Em 2024, por exemplo, o Sul de Minas registrou uma estimativa de 50,2 mil desocupados, enquanto o estrato Central teve estimativa de 61,7 mil, valores significativamente inferiores aos do Entorno + Colar Metropolitano (124,8 mil) e de Belo Horizonte (87,6 mil).

Ao analisar a evolução temporal, nota-se um pico generalizado na estimativa do número de desocupados entre 2016 e 2017 em todos os estratos, refletindo o impacto da crise econômica nacional desses anos. Em Belo Horizonte, por exemplo, os desocupados saltaram de uma estimativa de 126,8 mil (2015) para 192,7 mil (2017), enquanto no Entorno + Colar Metropolitano o número foi de 191,8 mil para 316,9 mil no mesmo intervalo. Após esse ápice, há uma tendência de queda, significativamente acentuada a partir de 2022.

As variações percentuais de 2012 a 2024 reforçam a tendência de redução do desemprego na maioria dos estratos. Destaca-se o Sul de Minas, com a maior queda percentual (-41,9%), seguido por Mata de MG (-26,1%), Norte de MG + Ride BSB (-24,2%), Central (-18,1%) e Vale do Rio Doce (-17,2%). Belo Horizonte e Entorno + Colar Metropolitano também apresentaram quedas, mas mais modestas: -2,5% e -6,7%, respectivamente. O estrato “Triângulo Mineiro” foi o único com aumento, ainda que discreto, de 3,6% no número de desocupados no período analisado.

Dito isso, é relevante observar que, apesar da redução geral dos números de desocupados em 2024 em relação a 2012, as diferenças regionais persistem e refletem desigualdades estruturais do estado. O comportamento oscilante dos dados ao longo dos anos também sugere forte influência de fatores conjunturais, como crises econômicas e políticas públicas de emprego, sobre a dinâmica do desemprego em Minas Gerais.

**Gráfico 6: Variação anual da estimativa de desocupados segundo estrato geográfico, Minas Gerais, 2012-2024 (%)**

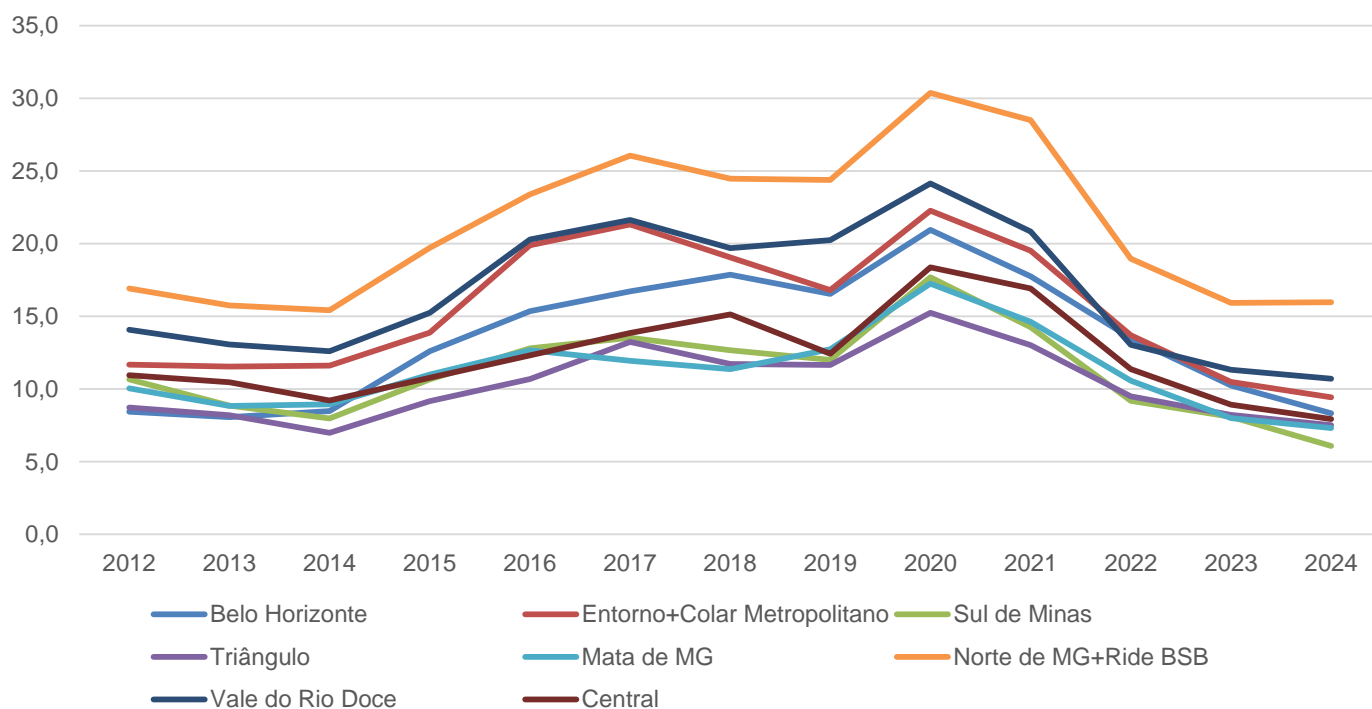


**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Os dados da variação anual da estimativa de desocupados demonstram dinâmicas regionais heterogêneas no desemprego mineiro entre 2013-2024. Entorno+Colar Metropolitano se destacou pela significativa volatilidade: de estratos com aumento na estimativa de desocupados de 49,78% (2016) para uma redução da estimativa de desocupados em -40,86% (2022), refletindo sensibilidade a ciclos econômicos. Em contraste, Sul de Minas manteve trajetória atípica, sendo o único estrato com média negativa (-1,14%), embora com queda abrupta de -38,15% em 2024, o que demonstra que a região conseguiu reduzir a estimativa de desocupados em todo o período de análise.

O período 2021-2022 marcou ruptura estrutural: sete regiões tiveram quedas na estimativa de desocupados superiores a 20% em 2022, com destaque para Norte de MG+Ride BSB (-45,53%) e Central (-45,04%). A recuperação pós-pandemia também se mostrou assimétrica – enquanto Vale do Rio Doce teve crescimento de 3,28% na estimativa de desocupados em 2024, Sul de Minas melhorou sua variação anual estimada de desocupados (-38,15%) no mesmo ano. A dispersão interestadual atingiu seu máximo em 2016 (diferença de 33,6 pontos percentuais entre o melhor e pior desempenho) e mínimo em 2022 (21,1 pontos percentuais), sugerindo convergência nas crises.

**Gráfico 7: Proporção de pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas ou na força de trabalho potencial na força de trabalho ampliada por estrato geográfico, Minas Gerais, 2012-2024**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O gráfico 7 evidencia a evolução da taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial em oito regiões de Minas Gerais entre 2012 e 2024. Essa taxa é calculada pela seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Desocupados} + \text{Força de Trabalho Potencial})}{(\text{Força de Trabalho Ampliada})}$$

Segundo o IBGE, são consideradas desocupadas as pessoas com 14 anos ou mais de idade, sem trabalho (trabalho que gera rendimento para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

Já a força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho.

Este contingente é formado por dois grupos:

I. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência;

II. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

A definição de força de trabalho ampliada, por sua vez, corresponde à soma dos contingentes da força de trabalho (ocupados mais desocupados) com o contingente daqueles classificados como força de trabalho potencial

No gráfico 7, nota-se um aumento gradual das taxas a partir de 2014, com um pico em 2020, seguido por uma queda acentuada até 2024 em todas as regiões. O impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 é visível, pois todas as regiões atingem seus maiores índices nesse ano. Destaca-se que, nesse período crítico, a região do Norte de MG + RIDE BSB (linha verde clara) apresentou o maior valor, ultrapassando 30%, enquanto o Triângulo (linha azul clara) manteve-se com as menores taxas, próximas a 15%.

As diferenças regionais são bastante marcantes ao longo do período analisado. O Norte de MG + RIDE BSB manteve, durante quase toda a série, os maiores índices de subutilização, atingindo cerca de 32% em 2020, valor muito superior ao das demais regiões. Em contrapartida, regiões como Triângulo e Zona da Mata apresentaram taxas mais baixas, especialmente no início e no fim da série histórica. Belo Horizonte, Entorno+Colar Metropolitano e Vale do Rio Doce oscilaram em patamares intermediários, com picos entre 20% e 25% em 2020.

Após o pico de 2020, observa-se uma queda expressiva e generalizada nessa taxa em todas as regiões. O Norte de MG + RIDE BSB, apesar da redução, ainda encerra o período com uma taxa superior às demais (em torno de 15% em 2024), enquanto as outras regiões convergem para valores entre 6% e 10%. Esse movimento sugere uma recuperação do mercado de trabalho mineiro, mas também evidencia que as disparidades regionais persistem, especialmente no Norte do estado, que permanece como a região mais vulnerável à subutilização da força de trabalho.

Outro aspecto relevante do gráfico é a diferença de comportamento entre as regiões metropolitanas e as regiões do interior. O estrato de Belo Horizonte, Entorno e Colar Metropolitano, apesar de apresentarem oscilações, mantêm taxas de subutilização mais estáveis e menos voláteis ao longo do período, especialmente em comparação com regiões como Norte de MG, Ride BSB e Vale do Rio Doce, que apresentam variações mais acentuadas. Isso pode indicar maior resiliência do mercado de trabalho nas áreas metropolitanas, possivelmente devido à maior diversidade econômica e à presença de setores menos suscetíveis a choques conjunturais.

Além disso, chama atenção a convergência das taxas entre as regiões a partir de 2022. Enquanto no auge da crise (2020) as diferenças regionais eram bastante expressivas, com distâncias superiores a 15 pontos percentuais entre o maior e o menor valor, nos anos finais da série (2023 e 2024) essas diferenças diminuem consideravelmente, ficando em torno de 5 a 7 pontos percentuais. Esse movimento sugere que, apesar das desigualdades históricas, houve uma recuperação mais homogênea no estado, aproximando as condições do mercado de trabalho regional, ainda que algumas regiões, como o Norte de MG e Ride BSB, permaneçam em patamar mais elevado de subutilização.

**Tabela 2: Evolução da força de trabalho potencial segundo estrato geográfico, Minas Gerais, 2012-2024 (número índice 100=2012)**

	Belo Horizonte	Entorno+ Colar Metropolitano	Sul de Minas	Triângulo	Mata de MG	Norte de MG+Ride BSB	Vale do Rio Doce	Central
2012	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2013	115,9	89,1	78,3	86,6	94,4	79,9	94,5	92,4
2014	115,2	77,0	62,1	64,3	76,2	70,9	82,6	67,2
2015	203,0	95,5	81,7	100,7	95,7	113,0	96,2	68,5
2016	190,0	131,0	84,2	116,0	123,3	131,8	122,3	72,7
2017	208,0	139,0	83,4	161,6	114,8	147,2	137,7	113,2
2018	340,1	140,4	102,6	134,2	131,3	154,6	171,4	132,8
2019	344,2	124,2	100,9	134,7	136,1	166,3	174,7	114,3
2020	443,5	164,6	184,9	211,0	229,0	194,9	233,9	200,2
2021	318,6	143,1	149,1	153,5	171,4	167,9	191,3	167,1
2022	252,4	139,5	101,0	134,0	118,0	125,4	119,4	140,3
2023	165,1	99,0	62,5	122,5	59,2	102,3	104,1	110,0
2024	133,6	95,9	66,6	120,8	64,2	112,4	85,8	87,6

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A análise dos dados da Força de Trabalho Potencial (FTP) em Minas Gerais entre 2012 e 2024 revela disparidades significativas entre os estratos geográficos. Belo Horizonte destacou-se com crescimento de 33,6% de pessoas na Força de Trabalho Potencial, atingindo um índice de 443,5 pontos, se comparado ao ano de 2012, que é o ano base da série. Esse valor indica que a pandemia teve contribuição crítica para a elevação do número de pessoas na FTP desse estrato. Em contraste, regiões como Sul de Minas (-33,4%) e Zona Mata de MG (-35,8%) registraram quedas relevantes de pessoas na FTP, refletindo dinâmicas econômicas heterogêneas no estado.

Os estratos Norte de MG+Ride BSB, Triângulo Mineiro e Colar Metropolitano apresentaram as menores variações, se comparados o primeiro e o último ano da série, tendo um percentual estimado de indivíduos na FTP de 112,4%, 120,8% e 95,9%, respectivamente. O estrato “Norte de MG+Ride BSB” apresentou trajetória ascendente contínua até 2020 (194,9). Já o Vale do Rio Doce, apesar de ter alcançado um percentual de 233,9% em 2020, encerrou o período com retração de 14,2%.

A volatilidade interanual é outro ponto que chama atenção: o estrato Entorno+Colar Metropolitano variou de 77 (2014) a 164,6 (2020), enquanto Central oscilou entre 67,2 (2014) e 200,2 (2020). O ano de 2020 marcou picos simultâneos em múltiplos estratos, sugerindo impacto da pandemia no mercado de trabalho de todos os estratos analisados.

A divergência regional intensifica-se nos últimos anos da série: em 2024, Belo Horizonte (133,6) contrasta com Sul de Minas (66,6) e Mata de MG (64,2). Essas assimetrias indicam necessidade de políticas diferenciadas para equilibrar o desenvolvimento do mercado de trabalho entre regiões com distintas bases econômicas e demográficas.

### **Dinâmica da desocupação e recuperação pós-crisis**

O período analisado revela dois choques principais: a crise econômica de 2015-2016 e a pandemia de COVID-19 em 2020. Todas as regiões registraram picos de desocupação nesses momentos, com o estrato Entorno+Colar Metropolitano apresentando as maiores taxas (até 16% em 2017 e 2020). A recuperação pós-2021 foi marcante, com queda acentuada e convergência das taxas entre regiões (4% e -7% em 2024)<sup>1</sup>, indicando redução das disparidades regionais no curto prazo.

A redução da desocupação nos últimos anos da série tem reflexos na FTP. Vale lembrar que indivíduos alocados na FTP não são consideradas desempregadas, segundo os conceitos do IBGE, porque não integram a força de trabalho. Sugere-se que a pandemia é um fator chave para a força de trabalho potencial ter crescido tanto, dado que nesse contexto os trabalhadores domésticos são fortemente afetados.

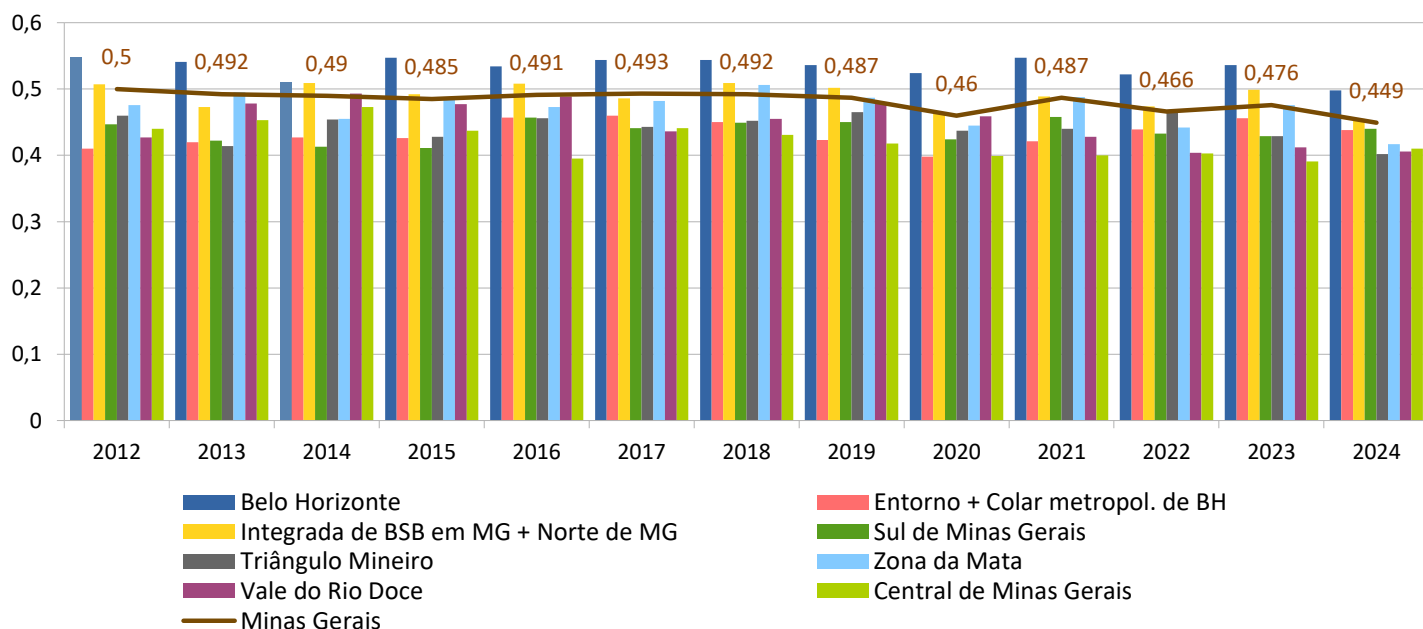
A convergência e aparente recuperação do mercado de trabalho no período pós-2021 chama a atenção como algo muito positivo para todos os estratos geográficos de Minas Gerais. Contudo, essa recuperação não elimina desigualdades históricas entre as regiões, o que significa que políticas públicas que busquem mitigar diferenças regionais ainda são necessárias para melhorar o mercado de trabalho de algumas regiões, principalmente no que se refere ao números da subutilização da força de trabalho.

## Desigualdade de renda nos e entre os estratos geográficos de Minas Gerais

Minas Gerais, um dos estados mais populosos e economicamente diversificados do Brasil, apresenta profundas disparidades regionais que refletem séculos de desigualdades estruturais. Enquanto áreas como a Região Metropolitana de Belo Horizonte concentram riqueza, dinamismo industrial e serviços especializados, outras regiões — como o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e partes do Rio Doce — enfrentam estagnação econômica, baixos índices de desenvolvimento humano e renda per capita inferior. Esta parte do boletim apresenta algumas dessas disparidades de renda.

O Índice de Gini serve para quantificar o nível de desigualdade de renda ou riqueza em uma população. Quanto mais próximo de 0 (ou 0%), mais igualitária é a distribuição de renda (todos têm a mesma riqueza); quanto mais próximo de 1 (ou 100%), mais concentrada a renda está (uma pequena parcela detém quase tudo). **O gráfico 8** mostra a evolução do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita nas regiões de Minas Gerais no período de 2012 a 2024. Em primeiro lugar, é importante notar que a desigualdade atingiu seu menor nível tanto no país quanto em Minas Gerais (0,449), com diferenças expressivas intraestaduais.

**Gráfico 8 - Índice de Gini do rendimento real domiciliar per capita, a preços de 2024, por estrato geográfico, de 2012 a 2024 (Índice)**

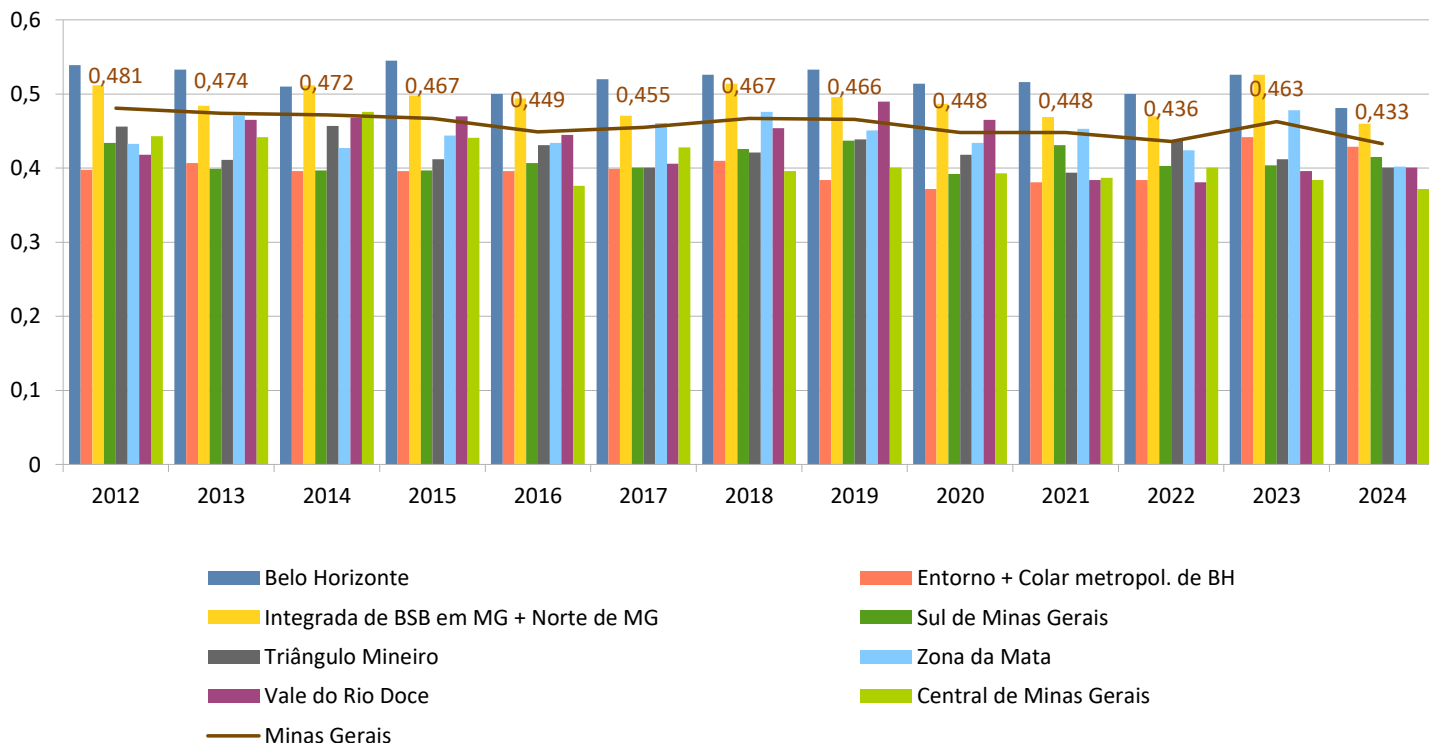


**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O estrato geográfico que corresponde ao município de Belo Horizonte é o que apresenta as maiores desigualdades do estado em todos os anos da série. Além disso, é o estrato com maior rendimento médio domiciliar per capita. Como será visto na tabela 3, nem sempre os maiores rendimentos médios estão associados aos maiores índices de Gini. Com a exceção do de Belo Horizonte, o Norte de Minas + Ride de Brasília e a Zona da Mata foram os estratos cujos índices mais se aproximaram ou ultrapassaram o índice estadual.

O estrato Central de Minas Gerais foi o que apresentou os menores índices ao longo da série, com um mínimo de 0,391 em 2023. O estrato do Entorno mais Colar metropolitanos também apresentou índices baixos (embora não esteja entre os três menores, desde 2022), com um mínimo de 0,398 em 2020. Com a exceção do estrato de Belo Horizonte, que tem clara posição destacada no gráfico, as demais regiões se concentraram, em geral, na faixa de 0,4 e 0,5. O índice de Gini do estado apresenta uma suave tendência de queda, passando de 0,5 em 2012 para 0,449 em 2024. O índice caiu de 2023 para 2024, assim como de 2021 para 2022. Por outro lado, o índice aumentou de 2020 para 2021. Esses movimentos podem ser observados também nos estratos geográficos, o que indica um efeito generalizado de aumento da desigualdade no estado, possivelmente relacionada à pandemia da Covid-19.

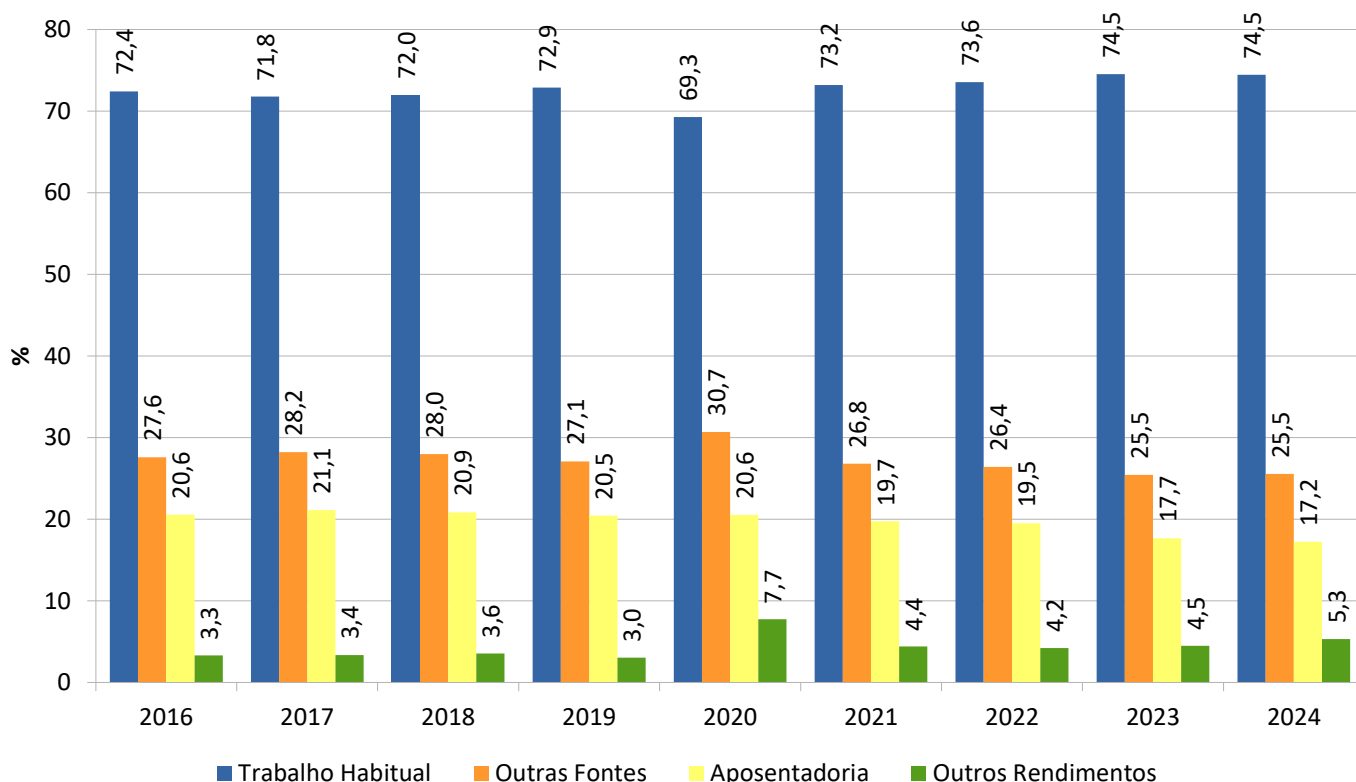
**Gráfico 9 – Índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido em todos os trabalhos, por estrato geográfico, Minas Gerais, 2012-2024 (Índice)**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Comparando os gráficos 8 e 9, nota-se um perfil bastante similar, o que condiz com a importância do rendimento de trabalho na renda domiciliar per capita (gráficos 10 e 11). Assim como no rendimento médio domiciliar per capita, o estrato de Belo Horizonte foi aquele com os maiores índices ao longo do período analisado. O Entorno+Colar Metropolitano e a Central de Minas Gerais também apresentaram os menores índices. O índice estadual, por sua vez, também segue uma tendência de queda, passando de 0,481 em 2012 para 0,433 em 2024.

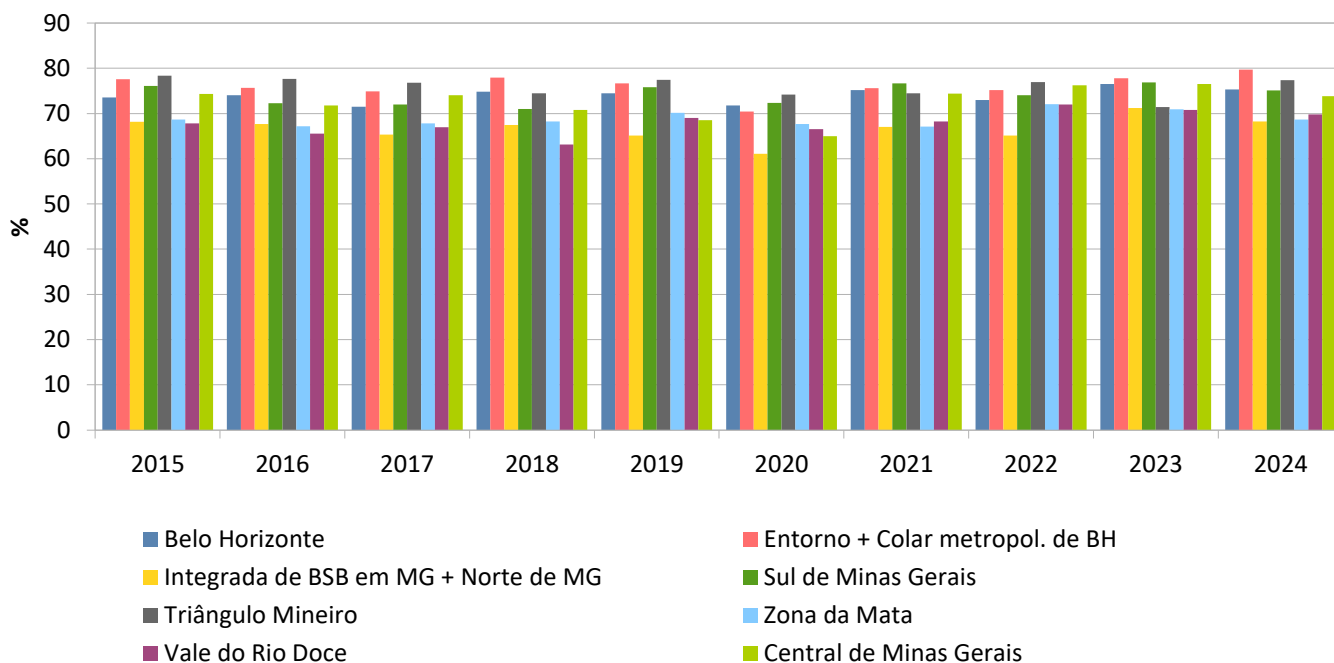
### Gráfico 10: Participação por fonte de rendimento no rendimento domiciliar per capita em Minas Gerais, a preços de 2024, por estratos geográficos, 2012-2024 (%)



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Como se observa no Gráfico 11, não houve uma mudança brusca no perfil da renda domiciliar per capita ao longo do período analisado. Destaca-se uma queda generalizada na participação do rendimento de trabalho em 2020, o que se explica provavelmente pela pandemia da Covid-19, com uma maior participação de Outros Rendimentos (programas sociais, seguro-desemprego, bolsas de estudo, aplicações, etc) na renda domiciliar do Estado (Gráfico 10 e 11).

**Gráfico 11: Participação do rendimento do trabalho habitual no rendimento domiciliar per capita, por estratos geográficos, Minas Gerais, 2012-2024 (%)**



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Neste ano, a participação do rendimento de trabalho na renda domiciliar em MG foi de 69,3%, ao passo que a participação de Outros Rendimentos foi de 7,7%, a maior da série. A participação do rendimento de trabalho no estrato Norte de Minas + RIDE de Brasília em MG foi de 61,1%, o menor da série. Essa participação no estrato de Belo Horizonte foi de 71,8%.

Os estratos que apresentaram as maiores participações do rendimento de trabalho na renda domiciliar foram o Entorno + Colar metropolitanos de Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro, com 79,7% e 77,3% em 2024, respectivamente. A participação do rendimento de trabalho no estrato de Belo Horizonte foi de 75,3%, no mesmo ano. Os estratos que apresentaram as menores participações do rendimento de trabalho foram o Norte de Minas +Ride de Brasília, o Vale do Rio Doce e o estrato da Zona da Mata, com 68,2%, 69,8% e 68,7% em 2024, nessa ordem.

**Tabela 3: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços de 2024, por classe simples de percentual e estrato geográfico, Minas Gerais, 2024 (Reais)**

	Belo Horizonte	Entorno + Colar metropol. de BH	Norte de Minas+RI DE de BSB	Sul de Minas	Triângulo Mineiro	Zona da Mata	Vale do Rio Doce	Central de Minas	Minas Gerais
Até P5	248	236	144	273	261	190	201	209	209
P5-P10	553	462	286	522	538	391	418	453	434
P10-P20	811	658	441	723	795	580	563	631	631
P20-P30	1.087	890	620	936	1031	794	748	810	849
P30-P40	1.394	1.096	776	1.137	1247	975	915	1.029	1.047
P40-P50	1.612	1.337	928	1.365	1469	1.199	1.089	1.292	1.303
P50-P60	1.964	1.539	1.119	1.509	1706	1.404	1.313	1.461	1.479
P60-P70	2.525	1.872	1.400	1.793	1993	1.545	1.458	1.707	1.761
P70-P80	3.500	2.299	1.657	2.205	2377	1.986	1.733	2.001	2.194
P80-P90	5.132	3.109	2.384	2.979	3148	2.722	2.326	2.619	3.027
P90-P95	7.733	4.310	3.280	4.402	4547	3.870	3.433	3.794	4.486
P95-P99	12.564	6.836	5.335	7.822	6848	5.945	5.254	6.131	7.390
P99+	24.116	18.840	12.634	19.215	14703	10.473	11.061	12.890	17.236
Total	2.984	2.001	1.465	2.046	2.076	1.690	1.545	1.757	1.956

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A tabela 3 revela que estrato de Belo Horizonte teve um rendimento médio domiciliar per capita muito acima dos demais estratos (R\$ 2.984), assim como da média de Minas Gerais (R\$ 1.956). Essa diferença é maior nas classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente da renda domiciliar per capita mais altas. Nos percentis mais elevados (P90 a P95), por exemplo, Belo Horizonte registra uma renda média de R\$ 24.116, valor mais de três vezes superior ao observado na média do estado (R\$ 7.390). Por outro lado, nas faixas de menor renda (P10 a P20), a diferença entre Belo Horizonte (R\$ 811) e o estado (R\$ 631) é menos acentuada, mas ainda assim relevante. Isso sugere que, embora a desigualdade seja mais pronunciada nos estratos superiores, a capital mentem uma vantagem salarial generalizada em todas as classes de renda.

Ao analisar os demais estratos regionais, observa-se menor discrepância em relação à média estadual, embora persistam diferenças significativas entre as diversas regiões. Excluindo Belo Horizonte, os estratos que se destacam com rendimentos superiores à média mineira são: Entorno + Colar Metropolitano de Belo Horizonte, Sul de Minas e Triângulo Mineiro. Estas regiões mantiveram médias consistentemente acima do patamar estadual em todas as faixas de renda analisadas. Na base da distribuição (P10-P20), os valores foram de R\$ 658, R\$ 723 e R\$ 795, respectivamente, superando a média de Minas Gerais (R\$ 631). Já no topo da distribuição (P90-P95), registraram R\$ 6.836, R\$ 7.822 e R\$ 6.848, novamente acima da referência estadual (R\$ 7.390). Em contraste, as regiões com os menores rendimentos foram o Vale do Rio Doce e o Norte de Minas + RIDE de Brasília em MG. Estes estratos apresentaram médias significativamente inferiores, especialmente na base da pirâmide social: R\$ 563 e R\$ 441 na faixa P10-P20, e R\$ 5.254 e R\$ 5.335 no topo P90-P95. Tais números revelam que, mesmo excluindo a capital, persistem fortes desigualdades regionais no estado, com algumas áreas mantendo padrões de renda sistematicamente mais baixos.

**Tabela 4: Rendimento médio mensal real recebido em todos os trabalhos, por classe acumulada de percentual e estrato geográfico, Minas Gerais, 2024 (Reais)**

	Belo Horizonte	Entorno + Colar metropol. de BH	Norte de Minas+RIDE BSB	Sul de Minas	Triângulo Mineiro	Zona da Mata	Vale do Rio Doce	Central de Minas	Minas Gerais
Até P5	505	353	162	504	450	335	286	339	334
Até P10	747	599	257	748	692	493	507	543	532
Até P20	1.097	915	440	1.003	987	716	772	915	882
Até P30	1.243	1.092	626	1.177	1.157	984	977	1.078	1.057
Até P40	1.398	1.232	848	1.277	1.294	1.131	1.116	1.189	1.183
Até P50	1.564	1.350	967	1.403	1.403	1.238	1.205	1.307	1.308
Até P60	1.762	1.494	1.067	1.517	1.579	1.361	1.301	1.422	1.433
Até P70	2.028	1.670	1.200	1.667	1.753	1.475	1.422	1.544	1.602
Até P80	2.367	1.866	1.371	1.840	1.952	1.634	1.587	1.688	1.795
Até P90	2.882	2.183	1.617	2.108	2.220	1.893	1.810	1.923	2.083
Até P95	3.339	2.414	1.814	2.316	2.421	2.101	1.995	2.091	2.320
Até P99	3.928	2.772	2.130	2.695	2.788	2.377	2.250	2.342	2.689
Total	4.198	3.026	2.289	2.934	2.980	2.553	2.449	2.498	2.910

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O estrato de Belo Horizonte teve o maior rendimento médio de trabalho, com R\$ 4.198 (a média de Minas Gerais foi de R\$2.910). A diferença em relação aos demais estratos e à média estadual é marcante, embora menos discrepante do que aquela observada para o rendimento domiciliar per capita (tabela 4). Essa diferença é maior nas classes acumuladas de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento habitualmente recebido mais altas. A título de ilustração, entre as pessoas com rendimento até P95, temos um rendimento médio de R\$ 3.399 no estrato de Belo Horizonte, e de R\$ 2.320 em Minas Gerais; ao passo que na classe até P20, tem-se R\$ 1.097 no estrato de Belo Horizonte e R\$ 882 em Minas.

Nas diferentes classes, vários estratos apresentaram valores muito próximos ou superiores à média estadual. Assim como na tabela 3, os estratos que apresentaram as maiores médias foram Belo Horizonte, Entorno + Colar metropolitanos, Sul de Minas e Triângulo. Para a classe até P20, estes estratos apresentaram os valores de, respectivamente R\$1.097, R\$ 915, R\$ 1.003 e R\$ 987. Para a classe de até P60, os mesmos estratos apresentaram os valores de R\$ 1.762, R\$ 1.494, R\$ 1.517 e R\$ 1.579, nessa ordem. O estrato com as menores médias foi o Norte de Minas + Região Integrada de Brasília em MG. Para as classes de até P20, até P60 e até P99, apresentou as médias de R\$ 162, R\$ 1.067 e R\$ 2.130, todos abaixo da média estadual.

A tabela 5 compara a **renda média do trabalho** em diferentes regiões de Minas Gerais, estratificada por **nível de instrução**, nos anos de **2019 e 2024**. Os dados revelam padrões importantes sobre desigualdades educacionais e regionais. Em todas as regiões analisadas, constata-se que trabalhadores com ensino superior completo apresentam rendimentos médios três a cinco vezes superiores àqueles com fundamental incompleto ou sem instrução. Belo Horizonte se mantém como polo de melhores remunerações, especialmente para profissionais com maior escolaridade, atingindo R\$ 7.022 em 2024 para quem possui diploma universitário. Esse valor é cerca de 26% superior à média estadual para o mesmo nível de instrução.

As regiões Norte de Minas e Vale do Rio Doce, apresentam os menores patamares salariais em todos os níveis educacionais. Mesmo profissionais com ensino superior completo nestas regiões recebem cerca de 32% menos que na capital mineira. Essa diferença sugere não apenas desigualdades educacionais, mas também uma concentração geográfica de oportunidades profissionais qualificadas.

O período analisado mostra crescimento generalizado dos rendimentos, porém com dinâmicas distintas. Os maiores aumentos percentuais ocorreram entre os menos escolarizados, como no Norte de Minas, onde a renda daqueles sem instrução ou com fundamental incompleto subiu 40%. Já para os diplomados, o crescimento foi mais modesto, chegando a ser quase nulo no Vale do Rio Doce.

Algumas regiões apresentam particularidades interessantes. O Triângulo Mineiro, impulsionado pelo agronegócio, mostra rendas elevadas para trabalhadores com ensino médio completo. Já o entorno metropolitano de Belo Horizonte registrou o maior crescimento para profissionais com ensino superior (68%), indicando um processo de desconcentração relativa de oportunidades mais qualificadas.

**Tabela 5 – Rendimento médio mensal real recebido em todos os trabalhos por nível de instrução e estrato geográfico, Minas Gerais, 2019 e 2024 (Reais)**

	2019				2024			
	Sem Instrução e Fund. incompleto	Fund. Completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Sem Instrução e Fund. incompleto	Fund. Completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Belo Horizonte	1.219	1.507	1.967	5.866	1.946	2.106	2.643	7.022
Entorno + Colar metropol.	1.244	1.391	1.669	3.487	1.945	2.000	2.542	5.854
Norte de MG+RIDE BSB	888	985	1.288	3.565	1.243	1.449	2.017	4.760
Sul de Minas Gerais	1.358	1.921	1.632	3.776	1.968	2.098	2.520	5.401
Triângulo Mineiro	1.561	1.695	2.190	4.177	2.397	2.127	2.797	5.052
Zona da Mata	1.246	1.352	1.891	3.763	1.836	2.036	2.230	4.747
Vale do Rio Doce	1.005	1.176	1.527	4.529	1.844	1.573	2.344	4.520
Central de Minas Gerais	1.191	1.450	1.634	3.210	1.874	2.151	2.124	4.675
Minas Gerais	1.215	1.458	1.736	4.271	1.897	1.981	2.432	5.554

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

## Considerações finais

Este boletim apresentou uma análise detalhada do mercado de trabalho em Minas Gerais, segmentado por estratos geográficos, utilizando estatísticas experimentais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O objetivo foi aprimorar o monitoramento e a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais das diversas regiões do estado, fornecendo subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas. A análise do período de 2012 a 2024 revelou a forte influência de fatores conjunturais, como a crise econômica de 2015-2016 e a pandemia de COVID-19 em 2020, que resultaram em picos de desocupação e subutilização da força de trabalho em todas as regiões. No entanto, a recuperação pós-2021 foi marcante, com uma queda acentuada nas taxas de desocupação e subutilização, levando a uma convergência dos indicadores entre os estratos geográficos nos anos finais da série. Em 2024, o estado como um todo superou em 7,0% o nível de ocupação anterior a pandemia (2019), indicando uma recuperação quantitativa. Apesar da recuperação recente e da convergência observada nas taxas de desocupação e subutilização no curto prazo, o estudo evidencia a persistência de desigualdades regionais estruturais no mercado de trabalho mineiro.

As disparidades são marcantes em indicadores como o nível de ocupação, a informalidade das relações de trabalho, a proporção de contratos temporários e a contribuição para a previdência social. Regiões como o Norte de Minas (agrupado com a porção mineira da RIDE de Brasília) e o Vale do Rio Doce apresentaram consistentemente os maiores índices de informalidade e as menores proporções de trabalhadores que contribuem para a previdência social. O Norte de Minas também se destacou pela elevada proporção de contratos por tempo determinado, indicando a presença de vínculos empregatícios mais precários. Essas regiões, com menor nível de urbanização e base econômica mais frágil, enfrentam desafios estruturais persistentes. Em contrapartida, Belo Horizonte e seu Entorno + Colar Metropolitano demonstraram mercados de trabalho mais formalizados e estáveis, com as menores taxas de informalidade e contratos temporários e os maiores percentuais de contribuição previdenciária. No entanto, o Entorno + Colar Metropolitano apresentou a maior volatilidade na estimativa de desocupados, refletindo sua sensibilidade aos ciclos econômicos, e manteve o maior número absoluto de desocupados na maior parte do período. O processo de interiorização e metropolização em Minas Gerais também se reflete nos dados, com um crescimento mais rápido do Entorno de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro e região Central, enquanto Belo Horizonte cresce em ritmo mais lento e o Norte de Minas enfrenta desafios demográficos.

A expansão da ocupação em regiões como o Triângulo Mineiro pode estar associada ao dinamismo de setores como agropecuária, logística ou industrialização, enquanto a recuperação mais vigorosa no Entorno Metropolitano e Região Central pode estar ligada à migração de atividades econômicas. Em suma, embora o mercado de trabalho mineiro tenha demonstrado capacidade de recuperação após as crises, as desigualdades regionais permanecem como um desafio estrutural. A análise das fontes de renda também indicou que a pandemia de Covid-19 em 2020 levou a uma queda na participação do rendimento de trabalho na renda domiciliar, com aumento na de outros rendimentos. As regiões com maior informalidade e menor contribuição previdenciária, como o Norte de Minas + Ride de Brasília, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, apresentaram as menores participações do rendimento do trabalho na renda domiciliar. Além disso, há disparidades de renda claras associadas ao nível de instrução, com rendimentos significativamente maiores para aqueles com ensino superior completo. A informalidade, em particular, mostrou-se persistente, indicando que o crescimento econômico por si só não basta para formalizar o mercado de trabalho. Dessa forma, os dados apresentados reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de cada estrato geográfico para promover a formalização, reduzir a subutilização da força de trabalho e impulsionar o desenvolvimento econômico e social de maneira mais equilibrada em todo o estado de Minas Gerais.

## **EXPEDIENTE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Alê Portela**

**SUBSECRETARIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO,  
EMPREGO E RENDA**  
**Arthur Hélio Albergaria Campos**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**Marcel Cardoso Ferreira de Souza**

**DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO**  
**Amanda Siqueira Carvalho**

**EQUIPE TÉCNICA**  
**Pedro Luis Souza Mazoni**

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
**Presidência**  
**Luciana Lopes Nominato Braga**  
**Vice-Presidência**  
**Mônica Moreira Esteves Bernardi**

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES**  
**Claudio Djissey Shikida**

**COORDENAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS**  
**Caio César Soares Gonçalves**

**EQUIPE TÉCNICA**  
**Caio César Soares Gonçalves**  
**Glauber Flaviano Silveira**  
**Nícia Raies Moreira de Souza**  
**Ítalo do Nascimento Mendonça**  
**João Paulo Gonzaga**